



PARTE B

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 836/2018

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na sua redação atual, nomeio adjunto do meu Gabinete o licenciado Ravi Fernando Pina Afonso Pereira, com efeitos a 1 de janeiro de 2018.

O estatuto remuneratório do designado é o fixado para os adjuntos de gabinete, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, estando o mesmo autorizado a exercer atividades de docência e de investigação em instituição de ensino superior, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

29 de dezembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Ravi Fernando Pina Afonso Pereira, natural de Lisboa (15.12.1981).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2004).

Assessor do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional (2009-2012).

Assessor do Gabinete da Vice-Presidente do Tribunal Constitucional (2012-2016).

311051156

Despacho n.º 837/2018

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.ºs 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções especializadas na área da assessoria de imprensa e realizar ações de comunicação e de divulgação institucional, a licenciada Eva Cristina Cordeiro Nogueira Gaspar, com efeitos a 1 de janeiro de 2018.

É-lhe atribuída a remuneração mensal ilíquida de € 2.553,00, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Conforme o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

29 de dezembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Eva Cristina Cordeiro Nogueira Gaspar, natural de Leiria (11.07.1971).

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1994).

Correspondente junto das instituições da União Europeia, em Bruxelas, do *Diário Económico* (1994-2002) e da RDP-Antena 1 (1999-2002).

Redatora principal e colunista do *Jornal de Negócios* (2003-2017).

Colaboração pontual em jornalismo com TSF, SIC, RTP e revista *Sábado*, e em projetos promovidos pela Fundação Gulbenkian e Instituto Português de Relações Internacionais.

311051107

Despacho n.º 838/2018

Nos termos do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, na sua redação atual, exonero das funções especializadas que vem exercendo, nomeando-a secretária do meu Gabinete, a licenciada Catarina Isabel Feitor Simões, com efeitos a 1 de janeiro de 2018.

O estatuto remuneratório da designada é o fixado para os secretários pessoais, conforme o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e para efeitos do previsto no artigo 12.º do mesmo diploma, a respetiva nota curricular é publicada em anexo.

29 de dezembro de 2017. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

Catarina Isabel Feitor Simões, natural de Coimbra (14.11.1976).

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Bissaya Barreto, em Coimbra. Frequência do Master em Estudos Sociais Europeus Comparativos, no âmbito do Programa Sócrates — Erasmus, na Zuyd University em Maastricht, Holanda, frequência da Pós-graduação em Direito de Igualdade de Género, na Faculdade de Direito de Coimbra.

Pós-graduada em Direito e os Direitos das Pessoas com Deficiência no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa e pós-graduada em Comunicação e *Marketing* Político no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Frequência do Mestrado em Ciência Política no mesmo Instituto.

Assessora de Imprensa no Gabinete do Provedor de Justiça — 2013/2017.

Coordenadora Executiva na organização não-governamental de âmbito nacional Formem, em Lisboa — 2003/2012.

Assistente Social e Assessora do Departamento de Formação Profissional na empresa Despertar — Psicologia e Desenvolvimento Educacional, L.ª, em Viana do Castelo — 2002/2003.

Tradutora de livro publicado.

Frequência em ações de formação nas áreas de comunicação social, marketing político, ciência política, revisão de texto, direitos humanos, deficiência, pobreza, exclusão social e políticas sociais.

311051075



PARTE C

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 839/2018

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 22 de dezembro de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do

n.º 3 do artigo 4.º, no n.º 1 do artigo 6.º, no n.º 1 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, foi renovada, pelo período de três anos, a comissão de serviço de Paulo Simões Areosa Feio, no cargo de conselheiro técnico na Delegação Permanente de Portugal junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em Paris.